

A construção social da memória científica^[1]

Luiz Felipe Baêta Neves

A construção social da memória científica não nos é apresentada como pergunta. É uma afirmação que assevera uma positividade: a ciência tem uma memória e ela é (ou pode ser?) construída socialmente. Ora, todos sabemos que esta é uma opção teórica; há outras opções teóricas em curso. A nossa, aqui, hoje, tem excelentes qualidades... e inimigos poderosos. Fiquemos, de início, nas qualidades.

Para começar a falar de tais qualidades, é preciso, contudo, que falemos... de algumas “posições inimigas”. Creio que a maioria de nós foi educada – tanto institucional quanto informalmente – em uma vasta nebulosa do imaginário que dizia, entre muitas outras coisas, que a história das ciências é a história dos seus conceitos. Assim, a história da química, por exemplo, seria constituída pela sucessão de conceitos químicos, cronologicamente dispostos em uma linha reta.

Não se discutia o que seria exatamente “química”; uma definição da palavra química era oferecida ao aluno, leitor, ouvinte etc. como se tal definição fosse universal, homogênea, consabida (pois indiscutível). A esta proposição monolítica da ciência, duas outras se articulavam (se articulam): a primeira, fazia dos conceitos químicos uma expressão e/ou uma constatação de uma realidade natural; para este empiricismo reificados não há, com certeza, descontinuidade entre objetos empíricos e objetos de conhecimento.

A segunda proposição, é (era) aquela que fazia dos “grandes químicos” autores de “descobertas” que se transformavam em ‘conceitos decisivos’. Era uma forma canhestra de introduzir a vida e a história... na evolução da química porque, freqüentemente, confundia uma suposta “genialidade humana” com o que provavelmente hoje chamaríamos de ‘corte epistemológico’, ou ‘mudança de paradigma’ ou ‘descontinuidade do conhecimento’.

Deixemos de lado por um momento nossos ‘inimigos teóricos’ e voltemos ao título que nos reúne. A idéia de que há uma “construção social” da memória científica (“memória científica” e “ciência” seriam a mesma coisa? Voltaremos) é alvissareira... e radical, a muitos títulos. Alvissareira porque convida (ou ‘faz entrar’) a memória científica no reino da sociedade e da história. E radical, entre outras razões, porque amplia enormemente o significado de ciência. Ou seja, retira do lugar de enunciação da ciência a exclusividade, a totalidade de sua existência. A ‘ciência’ (ou ‘a memória científica’) deixa de ser sinônimo perfeito de “enunciado analítico”; deixa de ser um esforço de “intelecção” e “correto entendimento” para se ligar (ou se “perder”...) a outras regiões de saber.

Ora, a existência de “outras regiões de saber” era (é) não o lugar de uma articulação mas uma fronteira fechada: o que não estava consagrado como “científico” só poderia (re)conhecer ‘outros saberes’ com enorme dificuldade – isto se viesse a fazê-lo. A ciência é o saber e fora dele (dela) só poderia haver contrafações, deformações, ‘sobrevivências’ (‘almas penadas’ de épocas passadas, mentiras e metafísica(s)). O papel singular que a religião pôde ter na história das ciências é impossível ser, neste momento, melhor observado.

Se a ciência é retirada de seu nicho analítico a-histórico (não estou negando a possibilidade de nichos analíticos...) e excludente é também porque a topologia do saber se alterou. Esta nova topologia acolhe (‘compreende’) outros pontos (loci) de vigência histórico-social da ciência; não há somente o hegemônico lugar de enunciação mas, sim, um continente onde se demarcam diferentes lugares de reprodução, circulação, apropriação que não devem ser negados ou normativamente julgados.

Quando se pensa em uma construção social da memória, do saber, da ciência se desfaz não apenas uma noção ‘absolutisante’ do enunciado mas uma alteração profunda do estatuto do saber. Para sermos breves, se poderia dizer que o conhecimento deixa de ser apenas ‘descoberto’, ‘elaborado’, ‘criticado’, ‘inventado’, que é como habitualmente nos referimos ao desdobramento da ciência ‘física’ ou ‘natural’ – e que, em muito, gostemos disso ou não, continua a ser a ciência, a ‘verdadeira’ (ciência). O conhecimento agora passa a ser majoritariamente vista como também fruto da interpretação de setores sociais que, em muitos casos, estão longe daquilo que Pierre Bourdieu chamou de “agências de consagração” do saber.

Para uma análise do que isto representa do ponto de vista político é preciso ter em conta, entre diversas outras coisas, que a interpretação é frontalmente antagônica à buscas ‘definitivas’ de “descoberta” da verdade. Não estou pregando a idéia de que “toda interpretação é boa” ou que “a realidade não existe, só a versão (existe)”. É sempre preciso relativizar o relativismo, senão...

Interpretações são “postas à prova” na sociedade segundo a força de sua origem, a qualidade de sua proposta, as alianças e inimigos que faz... As interpretações, é importante notarmos, são inadmissíveis para qualquer fundamentalismo. Diante de uma texto sagrado (não necessariamente religioso...), o que o fundamentalista faz é lê-lo (ou lê-lo e repetí-lo); não há nada fora, atrás, antes ou depois da letra do texto. Ele sequer, a rigor, é auto-interpretativo; ele,

simplesmente, é – e é o que sempre foi e será. Interpretá-lo, de qualquer modo, é ação de hereges, ateus, blasfemos, inimigos.

VVVVVVV

A “democracia interpretativa” é pluralista, nômade, cheia de contradições – e de contradições que coexistem, sem necessidade de “vitória final e definitiva”. É perigoso, portanto, se imaginar a memória social como alguma coisa fixa ou claramente discernível quer em suas origens, caminhos ou objetivos. A memória social é um formidável compósito de experiências pessoais (conscientes ou não), de artes, saberes, religiões, posições políticas e assim por diante. Seu (da memória social) metabolismo é complexo, cambiável e não se aproxima, em sua forma, nem de uma totalidade nem de uma teoria da história. Com o que, estou rejeitando qualquer “fim”, “solução final”, “vitória definitiva” de uma única escola – o que me parece um sonho (ou pesadelo...) cientificista e totalitário.

Se pensarmos em uma memória científica, estaremos lidando com termos que é preciso “por em jogo”, porque, acredito, o “imaginário majoritário” tende a confundir “memória” com “história” e “científica” com “exata/correta”. Estamos em um território minado porque a idéia de “construção social” abalou tal sinonímia. E o título, voltemos a ele, pôs estas acepções juntas; é preciso que não reifiquemos o belo título da nossa reunião e que as palavras sejam debatidas porque não têm consenso algum. Apesar de parecerem, à primeira vista, plácidas e harmônicas. E seria uma incongruência lamentável se conseguíssemos construir o seguinte paradoxo: existe uma “construção social”, histórica e uma “memória científica”, guardiã da ‘encapsulada’ sucessão (evolução) analítica d’A Ciência. O perigo desta contradição antagônica está justamente no fato de que ela aparece como sua solução pois saciamos dois desejos hoje poderosos no imaginário social do saber. Isto é: queremos (desejamos) manter a ciência como signo do saber (isento, trans-social, “autônomo/independente” da contingência).

VVVVVVV

Há, em tudo que tratamos, não apenas componentes que diriam respeito, exclusiva e diretamente à ‘história do conhecimento’.

Há uma teia de éticas e morais que constitui a ‘prática social da memória’, e dos seus gestores e dos que traçam as policieis de tais agentes. Destaco dois pontos desta teia – pontos tão arraigados, enraizados que ora nos parecem “naturais”, ora nos parecem “já-resolvidos” porque – e apenas porque se tornaram “familiares”.

O primeiro ponto é o que afirma que há – houve / haverá – um ethos científico que, claro, deverá ser respeitado: ‘qualquer atividade de pesquisa

pressupõe não apenas o anúncio (ou ao menos, a “verificabilidade”, de seus resultados) mas o conhecimento completo, pelo pesquisador, da literatura sobre o tema’.

O segundo enraizado e estudioso ponto ético / moral se caracteriza pela mesma Onipotência do primeiro (que é Onisciente) e afirma que devemos preservar a memória-história como quem preserva a vida, não só vida humana, mas do thesaurus do saber humano, visto então: a) como guardião da razão, da possibilidade de atribuir sentido – e de , *tout court*, não nos levar à loucura por via da amnésia e da “falta de rumo = falta de passado”; e b) como impertéritos defensores da identidade nacional, daquilo que, em nos distinguindo das demais nações-e-povos, daria nossa “razão de existir”. E, aqui, a situação se agudiza ao extremo porque faz parte do nosso mais inescapável refrão auto-inculpatório: “O Brasil não tem memória!”

Há toda um imaginário ‘de’ “culpa” em torno do qual tendemos a girar, a vigiar para não sermos considerados os “assassinos” (ou, no mínimo, os “enlouquecedores”) de história, da Razão, do Brasil...

Não há, praticamente, ‘tratamento sistemático’ do esquecimento. Este é visto como sinal da incompetência ou sintoma de doença (pessoal ou social). Sem o esquecimento não pode haver a memória...

VVVVVV

Esta imersão na história – na memória quotidianamente relançada desta miríade de passados que coexistem – tem efeitos certamente graves (dos quais não posso tratar aqui, no momento) quanto a naturalização epistemológica dos diversos regimes teóricos e ideológicos que possa ter a idéia de história. Apenas me permito lembrar que a ‘onipresença’ desta imersão quotidiana em algo suposto passado obviamente dificulta sua constituição – por especialistas ou não – como objeto de conhecimento, como objeto teórico.

Este acúmulo de informação histórica, gerador de tão freqüentes manifestações de encantamento por parte de habitantes de outros continentes, tem tido, é evidente, nos últimos tempos, uma contrapontuação teórica vigorosa. Penso nas diversas escolas de pensamento que procuraram chamar a atenção para a história como inescapável teoria da história. Mas penso mais especificamente naqueles – como Michel Foucault e Michel de Certeau – que foram críticos radicais das idéias de continuidade necessária da história e das ideologias naturalizadoras da escrita da história.

Penso que devo, também, chamar a atenção para um estranho fenômeno histórico contemporâneo que liga bizarramente teoria da história e realidade histórica. Penso no rigor teórico dos apelos hoje feitos ao esparso, ao descontínuo, ao traço, ao rarefeito, ao que tem que ser construído intelectualmente e não apenas constatado empiricamente. Ora, toda esta vigorosa posição teórica é uma espécie

de paródia da realidade brasileira, por exemplo. Realidade da memória histórica brasileira esparsa no tempo e no espaço, com enorme quantidade de informação histórica localizada no exterior ou irremediavelmente perdida ou destruída; com diferenças étnicas espetaculares que ‘puxam’ centrifugamente; com “realidades” históricas que têm que se dar “no pensamento” porque empiricamente “dissolvidas”.

A escassez, mina de destruição de tantos “arquivos” nacionais; a desigualdade dos “conjuntos de fontes”; a grande dispersão histórica por regiões ou etnias são, pois, uma paradoxal ‘teoria’ da ‘realidade’ da memória brasileira. Realidade esgarçada ou rompida que tantas “teorias do patrimônio” (cultural ou ecológico brasileiro) tentam ‘restaurar’, recuperando uma unidade, uma seqüencialidade que, ironicamente, poderiam aproveitar para relativizar ou esquecer.

A idéia de memória, particularmente de memória nacional brasileira, poderia ser examinada em uma constelação ideológica mais ampla. Na verdade, a idéia de patrimônio oscila, aqui, entre dois pontos. O primeiro diz que devemos preservar o que é nacional; o que é nacional no sentido do que é singular, irrepitível. O segundo ponto não pára de nos lembrar que a História Nacional integra a História Universal, integra uma generalidade, portanto. Sofremos nossas perdas patrimoniais não apenas como partes arrancadas ao nosso íntegro corpo nacional; sofremo-las, também, como a perda de elos, que nos ligariam à grande mãe História Universal.

A idéia de uma causalidade necessária, linear e estrita da História cria, quanto à perda de (partes do) patrimônio, uma outra espécie de dor. É a de que sendo o Brasil o País do Futuro – como uma curiosa tradição retórica alardeia diuturnamente – a “perda do passado” é sentida como particularmente ameaçadora. Isto porque o Futuro pode não ser alcançado por uma quebra, um “não-engendramento” da necessária cadeia histórica que liga, produzindo-os entre si, Passado, Presente e Futuro.

Ideologias da reparação, do restabelecimento da integridade que têm uma vertente gêmea, com máscaras despistadoras que a transformam em ‘inimiga’. É a que aponta para o Futuro como resultado de uma impositiva ‘destruição’ do passado. É a vertente que até há poucos anos abençoou – nem sempre no discurso oficial – as diversas fases de modernização por que passou o país. Hoje não tem mais prestígio intelectual; pelo contrário, refletiu para os defensores do “capitalismo selvagem”. Não é mais a ideologia das classes médias urbanas; é abjurada pelos ‘letrados’ das grandes causas, pelos ‘formadores de opinião pública’.

Mesmo nos períodos de expansão acelerada da modernização – períodos em que a ecologia era apenas um obscuro objeto do desejo – a história da preservação (patrimonial) tendia a ser uma espécie de “gerência de uma ‘cápsula do tempo””. Ou, se preferirmos: uma ‘narração dos fatos de beleza’; beleza, figura da eternidade, resistência viva de uma imortalidade a não se atingida pelas vicissitudes da contingência histórica, ainda que esta apareça sob os rostos da turbulência fundadora ou do heroísmo.

Hoje, creio que se assiste a um fenômeno curioso. Com o espetacular crescimento da repercussão da Antropologia, o fim do autoritarismo e a expansão das reivindicações de minorias, esta narração privilegiada está em cheque. Forçando as tintas, se poderia dizer que há uma inclinação à narração de todos os fatos. Curioso fenômeno que parece criar um interregno representável por um ‘teatro do absurdo’: a relativização – antropológica e democrática – criando uma espécie de ‘absolutização’, por seus efeitos conjunturais de combate.

Nesta espécie de ‘suspensão do juízo’ – para que não se peque por autoritarismo ou censura – a própria locução da História parece se confundir por uma fusão entre locução, locutor e aquilo que é locutado. Tudo parece aspirar a se colocar no mesmo plano, na mesma figura horizontal da democracia, do nivelamento sem discrepância. Nesta vertigem, a taxinomia é um risco a ser evitado.

A argumentação da história dos objetos patrimonialmente preservados – ou preserváveis – tende à auto-evidência. Este acervo cultural específico – esta formidável coleção – por ser tão carregado de história dispensa a reiteração do discurso. Cada objeto parece falar tanto em verticalidade e em horizontalidade que seu ‘peso’ histórico é auto-suficiente. Por exemplo: *sabe-se, por ‘óbvio’, o que é o barroco de uma santa de Minas Gerais; a santa é um índice – mais ou menos excelente de barroquidade. Do barroco que ela é e que ela constitui. Neste sentido, não é apenas “testemunho de uma época”; é testemunho de si.

Esta extraordinária densidade do objeto – ou sítio ou cena – memorial dificulta, evidentemente, a visão das formas processuais e conjunturais. Tais objetos tendem a ser catalizadores de si mesmos, de momentos privilegiados e precisos. Quando (se) remetem à história dos processos e das reapropriações históricas é por um apelo a outra ordem de informação: a dos livros, a da academia, da ciência. Esta ideologia da memória ‘incorporada’ é inimiga do efêmero; chama a atenção para a ‘opacidade’ do objeto para sua dureza, para sua inigualável permanência. Ideologia ambivalente que, se bem apropriada, pode ser útil na luta contra intelectualismos ingênuos que ‘perderam o respeito’ pelo material, pelo visível, pelo tocável, pelo durável.

A fetichização dos objetos se articula com uma ideologia dos primórdios e com a ideologia da ‘primeira utilização’. Ambas levam às práticas de restauração do original; às práticas de reencontro da memória (do) original, que acabam por apagar ou desvalorizar todas as ‘outras memórias que poderiam ser observadas. Na verdade, apesar de todos os esforços acadêmicos para dissolver tal situação, a História do Brasil é fortemente marcada por ‘momentos fundadores’, aliados por excelência desta ideologia universal, diria, que faz a apologia dos instantes originários. Afinal, o Brasil foi ‘descoberto’; nasceu, e nasceu de novo ao se tornar independente; e ‘criou’ a liberdade em data precisa não apenas ao se ‘libertar’ de Portugal mas ao libertar os escravos – e assim sucessivamente.

Ao lado da imensa mítica e simbólica destes momentos, eles são extremamente importantes para a determinação do que é nacional; daquilo que deve ser preservado como nossa contribuição (original) à grande árvore-mãe da

História da Humanidade. Tarefa estimulante, sem dúvida, seria o estudo detido da, digamos, dialética entre elementos fortemente espiritualizados então privilegiados e sua terrena e tangível expressão material. Questão da materialidade que deve ser vista não apenas em sua relação com a ideologia, o mito ou o símbolo, mas, também, em sua relação com a imaterialidade conceitual. Impossível tratar disto agora, mas não resisto a algumas observações: 1º.) a materialidade “resistirá” ao tempo de forma diferente da teoria; por mais ‘teorias’ que haja, o objeto em certo sentido é (será) o mesmo; parece durar mais; parece estar ‘do lado’ do tempo, do lado da história; será testemunha de muitas ‘histórias’, mas, também, de muitas teorias sobre tais histórias, sobre tais ‘épocas históricas’, como um irônico olhar que, soberano, vê seus senhores (a época, a teoria, o tempo) passarem ...

Esta cristalização material, este território do signo material, este espaço em geral nitidamente delimitado tem correspondência com condensações temporais, como começamos a ver há pouco. Esta dimensão temporal tende a se confundir com cronologias, com a Cronologia. A materialidade dos objetos parece aspirar materialidades correspondentes na ‘certeza’ das datas, dos ‘períodos históricos’ bem escandidos, nos “estilos” nitidamente diferenciados, nas ‘Idades’ da macro-história e suas datas magicamente eleitas. Momentos consagrados, assinaláveis consensualmente, organizadores da confusa dispersão no tempo.

Tais linhas ideológicas da apologia do rigor, este jogo de números, objetos, sítios, são, portanto, uma reificação flagrante de entidades abstratas que julgam representar. Este rigor tem sua expressão efetivamente mais poderosa na gestão do patrimônio. Não sei se falo apenas do Brasil quando aponto para uma “volúpia técnica” dos ‘serviços de proteção à memória nacional’ (ou mesmo internacional, em caso de organismos trans-nacionais).

Em países como o Brasil e a França – e ao contrário do que acontece nos Estados Unidos – a questão da tecnicização dos serviços de gestão do patrimônio se articula visceralmente com o Estado. Gostaria de chamar a atenção para apenas um aspecto da articulação aí possível entre técnica e Estado. Claro que “técnica” e “Estado” querem dizer mil coisas, e se engendram de mil maneiras. Chamo apenas a atenção para uma possibilidade: ambos parecem isentos, produtivos, equilibrados, neutros. Pelo menos se o comparamos, em sua articulação agora citada, à suspeitável sanha dos “interesses pessoais” (não “sociais”) em jogo no capitalismo selvagem, errático, sujeito ao mercado e suas variações desequilibradas. Em resumo, o Estado aparece-nos, então, como produtor da História, ainda que, respeitando sua irmã técnica, diga apenas que Revela – e – não ‘produz’ – a História.

Este papel do Estado produtor de História cresce de importância em países – como o meu – de forte tradição centralista e autoritária (tradição que pré e pós-existe à duração de eventuais ditaduras). Autoritarismo e centralismo que afastam o Estado – especialmente em suas instâncias técnicas – do resto da sociedade. Aí, então, a sociedade aparece como público, como destinatária de um espetáculo a ser produzido antes e fora. A questão da democratização das políticas de formação de acervos, de sua função social, de sua distribuição e circulação apenas começa.

Pessoalmente, pressinto dois inimigos destas tentativas de escapar da tecnoburocracia. O primeiro diz respeito a uma tentativa de “academicização” ou “Universitarização”, em que intelectuais, naturalmente em nome da ‘ciência’ (e não da ‘técnica’ ...) tentariam “tomar o poder” nos serviços de patrimônio. O segundo, diz respeito a políticos que, em nome do ‘povo’ (e não da ‘técnica’ ...), também querem a mesma coisa que os primeiros. Às vezes uns e outros se juntam em macabra aliança ...

As ideologias da isenção, do vigor, etc., são negações de outras que têm menores graus de legitimação. Uma delas seria a do esteticismo, exacerbação do investimento estético que existe sempre, sob graus variáveis, em qualquer escolha relativa a patrimônio histórico e natural. A estetização da história aparece não apenas na escolha do que seria de melhor qualidade estética; aparece na valorização de “estilos de vida” supostos, ou em uma “harmonia natural” tornada idílica. Ou, ainda, em uma idealização dos ideais detectados em uma dada conjuntura. Por exemplo, o mais protegido, patrimonialmente, dos períodos artísticos brasileiros – o barroco mineiro – se alia aos movimentos altamente dramatizados e historiograficamente consagrados de libertação ocorridos na mesma região à mesma época. O ‘contra-exemplo’ seria o de construções do início do século XX no Rio de Janeiro, que foram derrubados porque não passariam de arremedos, ‘sem alma’ ou autonomia, de originais europeus ...

A questão estética – ou o ‘gosto’ como critério de seleção ou apropriação – merece ser logo revista, porque parece ser o domínio em que se poderá jogar a sorte do imponderável e do aleatório – e do estético tout court – que se tenta extirpar em nome do combate ao ‘aristocratismo’ do gosto ... burguês, e em nome da luta em prol da positividade da ciência e da destinação das classes populares ...

Outra das ideologias de legitimação estreita – ou de nenhuma legitimação intelectual, hoje – é a fala dos investimentos afetivos na formação ou fruição de patrimônios. Na verdade, o ‘encanto pelo passado’, que mistura passados “pessoais ou sociais”, o “transporte” e a sensação de pertencimento pessoal à humanidade e sua história – à força ou à beleza desta história – são elementos desvalorizados, não academicamente consagrados, e com forte sentido de anacronismo para nossa época racional ... ou pelo menos cínica. É claro que a crítica ao sentimentalismo barato não pode se confundir com uma negação ou censura deste gênero de investimento afetivo que, de todo modo, existe e existirá, e é fator decisivo para a formação patrimonial, por exemplo, por meio da manutenção de coleções de valor histórico inestimável, e que foram criadas ou conservadas por razões vindas não da razão ou da teoria mas da emoção e, mesmo, de regiões irracionais deste ou aquele colecionador.

As coleções são apenas signos, pontos desta imensa rede de combate ao esquecimento. De fato, ao nos identificarmos com o passado temos reiterada nossa vida mesma. A memória é sinônimo de existência, e sua perda pode significar um grande sofrimento, ou a própria morte. Um psiquiatra francês, Denis Edon, certa vez qualificou a amnésia como “luto de si mesmo”; creio que esta definição impressionante é válida também para a sociedade. É claro que os mecanismos de

esquecimento social têm razões históricas (e) que devem ser analisadas. Há uma ética e uma política do esquecimento; há uma determinação paradoxal do esquecimento social, de que a história européia tem inúmeros exemplos. Mas é preciso não confundirmos a história como disciplina teórica com “tudo que já aconteceu na história”. Neste sentido, o esquecimento histórico pode ter razões aleatórias, pode vir por uma submersão na ‘contingência infinita’, ou pela saturação vinda do excesso de fundos – fenômeno pouco brasileiro, mas comum em civilizações mais ricas e antigas.

O esquecimento social – e mesmo a amnésia traumática social – podem ter des-recalcamentos ou desvelamentos inesperados, venham eles da arqueologia, da política ou da teoria; na verdade é tolo imaginar-se conteúdos memorialísticos permanentes; o que há é, antes, uma reprodução formal da idéia de memória. Idéia que, por certo, conhece ela mesma uma história, uma fascinante história, uma variedade e uma transformação que não negam esta característica de lugar, de forma social que ousa imaginar universal.

Queria chamar a atenção para uma espécie notável de esquecimento. Já dissemos que ele pode ter horror da morte; mas ele pode ser também signo da anterioridade, do Poder, da estrutura, da (pré) determinação. É o lugar daquilo que tendemos à naturalizar; do que achamos que não precisamos nominar. Este opaco território do já – dado, do que sempre é (notar o absurdo paradoxo), daquilo que Freud teve que explicar pelo que ele próprio chamou de fantasia científica ao falar da ‘explicação filogenética’ que daria conta da transmissão de certos fenômenos pela história da memória.

Este esquecimento do permanentemente lembrado, é preciso que seja recuperado pela história, por sua teoria, para que não caiamos apenas no que parece excepcional, ou retiremos a História mesma do domínio do cognoscível e do racionalmente apreensível.

Este passado inominado, ou esta lâmina que contém a memória e o esquecimento em seu gume, não pode ser confundido com algo como uma transcendentalidade ou com uma tradição infensas à historicidade e à linguagem teórica. Ele, este passado, está na vida viva.

O ‘chamamento à razão’ que postulo, a reivindicação da memória e do patrimônio como passíveis de tratamento conceitual ou, melhor dizendo, a conceituação não-irracionalista de memória e patrimônio, não deve se confundir com uma certa ideologia moral comum quando se trata destas questões. Penso especialmente no papel didático ... e vingador que muitos assumem; no necessário ‘papel didático’ dos museus e semelhantes; no estudo da história como veículo de “ensinamentos do passado para um futuro melhor”. Didatismo das “lições da história”, “altruísmo” dos construtores da história, que possivelmente não passam de um desejo onipotente de conjurar a “explosão” ou a “maldição” do futuro pelo controle do passado. Pânico de uma morte anunciada se não formos bons alunos; se o saber não for sinônimo de poder ...

Falei de vingança. Nesta cena os vingadores são aqueles (nós, talvez ...) que vingarão as mortes sempre ditas como irremediáveis. As mortes não somente de

livros únicos, objetos preciosos, porém mais do que isso: de traços culturais e de civilizações inteiras que morreram porque a ‘luz da história – lição não iluminou os homens’. Estes crimes ficaram sem castigo(s) e nós, árbitros, tesoureiros e professores de história, passamos agora a ser também juízes do que pode ou não morrer/viver, além de arautos de novas “mortes irremediáveis”, que para horror das almas tão culpadas quanto beatíficas continuaram, remediáveis que são, a acontecer indefinidamente ... Isto que acabo de dizer não é uma apologia do imobilismo, nem uma oração de pessimismo; é apenas um apelo à humildade e um chamamento à realidade dos limites do conhecimento (daqueles que confundem a justeza do saber com a amplitude – muitas vezes diretamente desproporcional – do poder correspondente).

Na verdade, o didatismo e qualquer outra tentativa unilateral de estabelecimento de sentidos ... unilaterais para memória social e para suas instâncias ‘patrimoniais’ é um equívoco. Em primeiro lugar, porque perde de vista a questão enquanto complexidade; nela estão envolvidas teorias científicas, práticas técnicas e tecnológicas, políticas públicas – e, por que não?, ideologias, mitologias e afetividade e imprecisão e subjetividade. Em segundo lugar, porque o ‘sentido’ – o sentido único e predestinado, qualquer que seja – é inimigo da polissemia intrínseca, constitutiva, do patrimônio. Memória e patrimônio permitem inúmeros arranjos, organizações, interpretações, ordenações, relances, apropriações. Neste quadro de incoerência, inconstância, flacidez cambiante porque impor a ditadura da unicidade, da magreza rígida, do empobrecimento mascarado de rigor?

A idolatria do sentido parece comandada por um eugenismo dos ‘tratamentos’ patrimoniais. De uma apologia da correta direção e da incorruptibilidade da história.

‘Sentido’ que, por outro lado, se vê em dificuldades, por sua tendência a contemplar a sucessão, a ascensão e a seqüência contínua; se vê em dificuldades, dizia para estudar a questão da simultaneidade temporal, a do sonho ou (da) a da computação, por exemplo. Ou, ainda, tem dificuldade em perceber que há outros “patrimônios” e outras “memórias”, como as da célula ou da alma.

Notas

[1]. Publicado originalmente em TEDESCH, L.A; RAMOS, A.D; SILVA, A.L.F da; KNAPP, C., FERREIRA, B. (orgs.) (2008). *Abordagens Culturais*. pp. 261-271. Martins Livreiro Editor, 2008.